



XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

As fontes de informação no jornalismo policial de rádio em Dourados¹

Miriam Areias Névola²

Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)

Resumo

Este trabalho dedica-se a estudar a relação que se dá entre fontes de informação e jornalista, particularmente no Patrulha da Cidade, programa radiofônico de jornalismo policial produzido em Dourados/MS. Para tanto, apoiamos-nos na tipologia de fontes proposta por Nilson Lage: oficiais, oficiosas e independentes; primária e secundárias e; testemunhas e experts, propostos por Nilson Lage. Cruzando o tratamento das fontes com sete critérios jornalísticos que lhes dizem respeito. Para este estudo de caso, realizamos análise de conteúdo de uma semana de programa, escolhida aleatoriamente, em que podemos verificar quanti e qualitativamente que em 90,9% das notícias divulgadas as fontes oficiais na posição de polícia as únicas ouvidas. E que os critérios jornalísticos relacionado às fontes de informação por muitas vezes não são seguidos.

Palavras-chave

Jornalismo policial; Fontes de informação; critérios jornalísticos

Introdução

Imaginar uma notícia sem a fonte de informação é tarefa quase impossível. É ela quem contribui para a construção de uma matéria. Em todas as áreas do jornalismo a fonte de informação é crucial. No jornalismo policial as fontes são ainda mais fundamentais, pois, as notícias desse tipo de especialidade jornalística surgem de factuais (fatos acontecidos no momento) e para a imprensa saber do fato é preciso de alguém que o conte.

Nesta pesquisa demonstramos os tipos de fontes de informação e a importância delas para o jornalismo. Sendo considerado que o jornalista é responsável por selecionar as fontes de informação usadas na reportagem, tanto como respeitá-las durante a divulgação da notícia. Ressaltamos no trabalho que todas as pessoas podem ser fontes de informação e para tanto o jornalista precisa ter em mente alguns critérios jornalísticos ao usá-las.

Nosso objetivo é analisar se os critérios jornalísticos, quanto às fontes de informação são colocados em prática no jornalismo policial das rádios de Dourados.

¹ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

² Miriam Areias Névola é acadêmica do 7º semestre de Jornalismo da UNIGRAN. Endereço eletrônico: miriam_nevola@yahoo.com.br



Selecionamos o programa radiofônico *Patrulha da Cidade* por ser o único da cidade voltado exclusivamente ao jornalismo policial. Analisamos o programa usando o método de análise de conteúdo de forma quanti e qualitativa durante os dias 21 a 25 de maio de 2007.

Nosso trabalho se faz importante para a compreensão do tipo de jornalismo policial que tem sido realizado no município e até mesmo como maneira de reavaliar se os métodos usados quanto à escolha e o tratamento das fontes estão sendo responsáveis. Tendo em vista que na maioria dos casos o programa estudado tem o costume de ouvir apenas o lado oficial da notícia e ainda injuriar as fontes de informação quando estão na posição de acusados.

Para isso selecionamos sete critérios jornalísticos que concluímos (com o amparo de bibliografias específicas) abranger todos os aspectos relacionados às fontes de informação.

Jornalismo Policial

O jornalismo policial faz parte de uma especialização jornalística em fatos criminais, de segurança pública, sistema penitenciário e judicial. O tema não é novidade do jornalismo contemporâneo, existe desde o século XVIII quando campanhas pediam punições mais duras, segundo FOCAULT (*apud* LEMOS, 2001, p.2), e trabalhos forçados para os presos. Sabemos que o estilo da notícia de polícia que temos atualmente é bem diferente desta apresentada, no entanto, notamos importante conhecer tal modo para compreendermos a evolução do assunto pesquisado. O autor explica como funcionava o estilo da época.

Paralelamente à existência dos jornais judiciários, movimentos populares publicavam, entre 1830 e 1850, praticavam um “contranoticiário policial”. Sua característica era inverter o foco das notícias, destacando crimes praticados pelos burgueses e mostrando a miséria como causa da criminalidade da gente do povo. (*apud* LEMOS, 2001, p.2).

Na década de 1930, notas da literatura popular já faziam grande sucesso. Quando os franceses escreviam sobre crimes e julgamentos, a resposta do público era imediata, mostrando interesse da população pelo assunto. Conforme LEMOS (2001) detalha em seu ensaio - usando autores como Gramsci para lhe dar base histórica -, foi no século XIX que ocorreram algumas mudanças na visão de justiça da época.

podem ser acompanhadas por meio de seu reflexo tanto nas “notícias” como nos folhetins publicados pela imprensa da época. De um lado, o autor mostra a permanência da atitude de descrença do público diante do aparato estatal da justiça, que deveria dar conta de efetivar esse valor insistentemente preservado (LEMOS, 2001, p.2).

Nos folhetos, polícia e justiça eram vistas como ineficientes, enquanto os criminosos ganhavam destaques e eram tratados como se seus erros fossem justificados por consequência de uma falha maior, a do Estado, que não soube dar condições para situação inversa acontecer.

Vamos dar um salto para o fim do século XIX quando os Estados Unidos passam a adotar a imprensa sensacionalista, em que notícias sobre crimes ganham destaque nas páginas dos jornais. E o resultado disso foi o grande sucesso entre a população, o pressuposto de que as notícias ganharam o gosto popular, devido as histórias representarem um tom de cotidianidade para o leitor.

O noticiário policial, junto com a literatura de crimes, vem produzindo há mais de um século uma quantidade enorme de “histórias de crimes” nas quais principalmente a delinquência aparece como muito familiar e, ao mesmo tempo, totalmente estranha, uma perpétua ameaça para a vida cotidiana, mas extremamente longínqua por sua origem, pelo meio onde se mostra, cotidiana e exótica. Pela importância que lhe é dada e o fausto discursivo de que se acompanha, traça-se em torno dela uma linha que, ao exaltá-la, põe-na à parte (FOUCAULT, 2001, p.3).

É nesse momento que diversos tipos de pensamentos e estudos começam a ser realizados sobre jornalismo policial. Começa-se a questionar a utilidade das informações para os leitores e até que ponto são aceitáveis, ou passam do controle. Para explicar melhor tal questão, nos amparamos mais uma vez no ensaio de Claudia Lemos, quando cita Edgar Morin. “A exposição da violência promovida pelo jornalismo ao mesmo tempo incita e apazigua um fundo de violência existente no ser humano, operando uma espécie de catarse cotidiana. É como se o leitor dissesse, ao ler as histórias escabrosas publicadas pelos jornais: eles morreram em meu lugar” (MORIN *apud* LEMOS, 2001, p.3). Percebemos então, o envolvimento do leitor ao deparar-se com uma notícia policial.

AMARAL (1987, p.91) observa que, a notícia policial é um dos poucos assuntos que se enquadram tão perfeitamente no conceito de notícia. Segundo ele a reportagem policial, “possui todos os ingredientes que falam mais diretamente ao



leitor”. Esse, pode ser o motivo de tal especialização do jornalismo render tanta audiência aos veículos e também gerar tamanha polêmica entre profissionais da área e a população. É comum ler artigos e críticas que citam o jornalismo policial como matérias cheias de pecados e sensacionalismo. Até mesmo o poeta Manoel Bandeira fez gozação de matéria escritas por repórteres policiais em seus poemas, como o *Tragédia Brasileira*, por exemplo. Sabemos das limitações de diversas reportagens escritas no país e que tal fama não surgiu por acaso, no entanto, LUTOSA (1996, p. 119) explica que “o péssimo texto não ocorre em função de sua origem, mas como consequência do despreparo do profissional, escreva ele sobre qualquer assunto”.

Para escrever qualquer tipo de notícia o jornalista precisa estudar e conhecer os princípios básicos do jornalismo. E o jornalismo policial é um setor repleto de desafios que precisam ser superados dia após dia.

1. Jornalismo Policial em Dourados

Em Dourados - MS apenas um programa de rádio é feito exclusivamente para o jornalismo policial. É o *Patrulha da Cidade* que vai ao ar do meio dia às 13 horas, pela rádio Grande FM. Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, enquanto estudo de caso, acreditamos ser necessário conhecer o diretor, repórter e apresentador. Todas essas funções são atribuídas ao jornalista Osvaldinho Duarte (que, não tem formação acadêmica). Ele começou a trabalhar em rádio nos bastidores, não imaginava que um dia iria se tornar repórter e muito menos, que seria um dos apresentadores com maior popularidade da rádio douradense.

No ano de 2000 foi convidado a integrar a equipe da rádio Grande FM já no setor policial. A primeira proposta foi ter uma entrada de dez minutos na programação só com notícias policiais. Dos dez minutos, passou para meia hora e depois para uma hora, foi então que surgiu o programa *Patrulha da Cidade* ainda no ano de 2000.

Para definir o estilo do programa, o jornalista lembra que o primeiro pensamento foi deixá-lo “um pouco mais leve” devido às notícias policiais já serem carregadas. “Foi aí que surgiram os jargões, coisas que hoje os ouvintes acham engraçadas e usam para brincar com os amigos, como por exemplo, “Dá uma descarga no ladrão” ou ainda, “vai para o ralo”. “De repente os termos começaram a ser usados pelas crianças, pegou na cidade e aí ligam para gente pedindo para mandar a tia para o ralo, para brincar”, conta Osvaldinho que analisa que a idéia de deixar o programa mais leve, deu certo por causa dos jargões.



2. Fontes de informação

As fontes de informação são essenciais em uma notícia. Escrever uma matéria apenas com um montante de dados sobre determinado assunto não é o bastante. Faz-se necessário, para oferecer maior confiabilidade e veracidade ao público, mostrar-lhe de onde ou de quem partiu tal informação. A fonte proporciona vida à notícia. Usando definição de Heródoto Barbeiro (2003, p.31) a fonte é uma das matérias-primas que constroem a reportagem. Falar de jornalismo sem fonte é praticamente impossível. Por isso se torna fundamental para o jornalista cultivar a fonte de informação, pois sempre precisará dela. No entanto, na prática, é preciso tomar certos cuidados e seguir alguns critérios jornalísticos para não cometer abusos ou erros.

A responsabilidade do jornalista é grande, tanto para oferecer uma notícia de qualidade ao público, quanto para com a fonte de informação. Ainda mais como no caso estudado, que é jornalismo policial, no qual é mais fácil cometer injustiças por lidar com assuntos de crime, por exemplo.

O jornalista tem que ser o mais claro possível ao começar a formar a notícia. Deixar que as informações partam da fonte de informação, dessa forma o resultado final será uma matéria mais isenta. Para responder melhor essa questão recorreremos a Nilson Lage: “a melhor atitude, a maior parte do tempo, é aquela de quem (o jornalista) presta atenção, mas interfere o mínimo possível. Melhor aparência é neutra e convencional, o que inclui certa adaptação ao ambiente” (2005, p.58). O autor acrescenta, ainda, que a melhor opção é ouvir pelo menos três fontes sobre o mesmo fato. E sobre isso vamos ver em seguida quando ele classifica três tipos de fontes.

Mas, afinal, quem pode ser uma fonte? Segundo Clovis Rossi (2000, p.52) todas as pessoas podem ser fontes e, quando o autor diz todas, refere-se do presidente do clube de futebol do bairro ao Ministro da Fazenda. Do porteiro do prédio ao juiz criminal. Só que entre inúmeras possíveis fontes de informação, a tarefa difícil é distinguir quem, no momento em que o repórter está pautando a matéria, é a fonte mais adequada.

Nilson Lage divide as fontes de informação em três categorias:

- **Oficiais, oficiosas e independentes:** Oficiais são mantidas pelo Estado ou por instituições que tenham poder de Estado e por empresas e organizações tal qual sindicatos, associações, etc. Oficiosas são reconhecidamente ligadas a uma entidade ou



pessoa, mas, não estão autorizadas a falar por ela. Independentes são desvinculadas de poder ou interesse específico do caso.

- **Primárias e secundárias:** Primárias são as que o jornalista obtém informações para a matéria. Este tipo de fonte fornece fatos, versões, números e geralmente está ligado diretamente ao assunto, por exemplo, um agricultor sabe quanto plantou, um ambientalista sabe em quanto a mata foi prejudicada pelas queimadas. As secundárias são usadas para contextualizar a notícia, seguindo os mesmos exemplos, no caso das queimadas, uma instituição de pesquisa poderá fornecer dados que informem quantos hectares de mata o estado registra.

- **Testemunhas e experts:** Testemunhas são aquelas que presenciaram o fato, Lage alerta nesse caso à possibilidade inevitável de cada indivíduo possuir um ponto de vista diferente de um mesmo fato, ocasionando testemunhos diferentes da mesma situação. Por isso, “Um bom princípio – comprovam os estudos de probabilidade – é só confiar inteiramente em história contadas por três fontes [...]” (LAGE, 2005, p.67). Experts são especialistas em um determinado assunto que se encaixam como fontes secundárias, contudo, buscam versões e interpretações de eventos.

3. Critérios jornalísticos quanto às fontes de informação

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (*apud* LAGE, 2005, p.94) no artigo 14 trata sobre os deveres do jornalista e coloca em primeiro lugar a obrigação de:

- a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientes demonstradas ou verificadas. b) tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar

As fontes de informação estão ligadas intrinsecamente ao jornalismo, afinal, raras matérias jornalísticas são formadas integralmente apenas por observação direta, o jornalista precisa da fonte. Portanto é imprescindível destacarmos padrões da área quanto à fonte. Selecionamos, neste tópico, critérios jornalísticos apresentados por

Nilson Lage e Heródoto Barbeiro, com base no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que se relacionam com as fontes: ouvir todos os lados, isenção jornalística, não acusar nem julgar, jornalista não é fonte, checar, interesse das fontes e preocupar-se

4. Análise

4.1 Fonte, quantidade e posição social

Para distinguir os tipos de fontes de informação utilizados na primeira categoria (1.Fonte) precisamos recorrer à entrevista concedida pelo repórter Osvaldo Duarte, na qual explica que grande parte das informações são retiradas dos boletins de ocorrência. Na maioria das matérias ouvidas durante os cinco dias de análise, as fontes de informação não são citadas explicitamente. É em 29,5% dos casos que o repórter diz claramente que a fonte de informação foi a Polícia, nos outros, presumimos ser, pelas informações divulgadas, por serem as mesmas que costumam estar presente nos Boletins de Ocorrência.

Por exemplo, pudemos verificar que o repórter explicita a fonte de informação nas matérias “Tráfico Drogas”, “Assalto Bicicleta”, “Prisão Maconha”, entre outras, que totalizam o índice mostrado acima.

Sendo assim, em 95,5% dos casos, as fontes oficiais foram ouvidas. Consideramos a polícia uma fonte oficial embasados na descrição de LAGE (2005, p. 67) no qual define que elas “são mantidas pelo Estado ou por instituições que tenham poder de Estado”. Podemos ainda constatar que na maioria das matérias apenas uma fonte de informação é ouvida (2. Quantidade). Para reforçar nossa percepção os dados mostram que em 79,5% das notícias o programa ouve apenas uma fonte. Esta fonte de informação é a polícia, ela aparece em 90,9% das notícias (3. Posição). Tal procedimento fere o *critério de número um* relacionado à escolha da fonte de informação que orienta o jornalista a ouvir todos os lados da notícia e o Código de Ética (*apud* LAGE, 2005, p.94) dos Jornalistas Brasileiros no artigo 14 prega: “Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientes demonstradas ou verificadas”.

Como já dissemos no início deste trabalho, sabemos que para o jornalismo policial a fonte oficial “polícia” é o principal centro das informações para a especialidade jornalística. Mas, o que pretendemos ressaltar é o fato de ela ser a única fonte de informação. “O repórter tem de se preparar para construir uma reportagem

completa e equilibrada; se esforçar ao máximo para ouvir todos os envolvidos no episódio, respeitando o direito das pessoas de terem opiniões divergentes sobre o mesmo assunto” (BARBEIRO, 2003, p.55).

Ouvir apenas um lado da história é o que Heródoto Barbeiro chama de “fontismo” e faz com que a credibilidade da notícia seja colocada em suspeita pelo ouvinte. No entanto, não podemos esquecer que em 11,4% dos casos mais de duas fontes são ouvidas e em que 4,5% três fontes são ouvidas. É o caso da matéria “Bororó Assassinado” exibida no dia 21 de maio em que a família da vítima foi ouvida e ainda lideranças indígenas sobre violência na aldeia.

Outro exemplo é a notícia “Esclarece morte aposentado” (25/05) em que três fontes são ouvidas. O repórter ouviu o acusado, a família do acusado e a polícia. Mesmo que neste último exemplo seja percebida a falta de uma posição da família da vítima (até porque o acusado fala sobre a opção sexual da vítima), as duas matérias servem para percebermos que quando uma notícia mostra outros lados da história transmite mais veracidade à informação.

4.2 O repórter emite opinião

Ao começarmos a analisar a emissão de opinião de um jornalista na notícia, sabemos que nos depararemos com argumentos que afirmam não haver notícia com total isenção.

A reportagem não é fruto de um não-comprometimento ou da total ausência de vínculos e interesses, mas sim o resultado de uma ação dialógica do jornalista que está em relação com o(s) outro(s). É desta relação humana entre o jornalista e a fonte que nasce o enunciado jornalístico. Se ele é fruto desta troca dialógica, um repórter não pode ser neutro nem isento pois para haver troca ele tem que se colocar como parte do enunciado. (BELMONTE, Acesso em: 05/06/2007)

Sabe-se que, desde o início da formação da matéria, há a opinião de quem a faz, por possuir repertórios e interesses pessoais mesmo que inconscientemente. O que queremos aqui é demonstrar que existe a possibilidade de se fazer uma notícia mais isenta do que é praticada atualmente no jornalismo policial em Dourados.

Em pouco mais da metade das notícias divulgadas o programa *Patrulha da Cidade*, o apresentador Osvaldo Duarte emite opinião. Precisamente em 52,3% dos casos a opinião aparece de uma a três vezes.

Geralmente o ponto de vista do repórter é mostrado em matérias de furtos, assalto e roubos, como na notícia “Assalto Tênis” (21/05/2007) em que a “qualidade” do ladrão é posta em dúvida por roubar um real. “1 real? Fala Sério, xexelento”, zomba Osvaldinho. No mesmo dia em “Furto Fusca” a opinião também é demonstrada ao dizer que isso é um ato de vandalismo. Ainda no dia 21 o repórter aconselha a não beber quando dirigir e acrescenta “eu observei no local que a pessoa que sobreviveu era a única usando cinto de segurança”, comenta Osvaldo referente a matéria “jovens morte”. Quanto a notícia “Bororó Assassinado” ele opina ao dizer que entre os órgãos responsáveis pela segurança indígena há muita conversa e pouca ação.

Esses são alguns casos em que se fere o *critério número dois sobre Isenção*, no qual o jornalista é orientado a transmitir o fato e deixar que a audiência tire conclusões próprias não é seguido. Ressaltamos é claro que, no caso do conselho do repórter em não beber quando dirigir e usar cinto de segurança, a opinião é válida, pois além de informar, o jornalista tem responsabilidade social.

Porém, opiniões emitidas como no caso da matéria “Furto Utensílios” (25/05) em que o repórter diz que o ladrão tem pé fedido e acha que ele é homossexual, fere-se dois critérios jornalísticos (opinião e julgamento). “A busca constante da isenção jornalística é a melhor forma de passar as informações de forma que o ouvinte possa tirar suas próprias conclusões do fato relatado” (BARBEIRO, 2003, p.55). Isso poderia acontecer na matéria “transferências presos” na qual os presos destruíram uma cadeia e fizeram uma lista de exigências. O ouvinte poderia pensar que tal fato é um absurdo, mas, o repórter mesmo faz o comentário. “É engraçado né? O preso destrói tudo e ainda faz lista de exigências, ai ai, ui ui, eu faço exigências”, zomba Osvaldo.

No dia 23 “Centro assistência furto” o repórter transmite revolta e ainda ameaça o ladrão dizendo “Você vai pagar, o dia que você for preso você vai ver, mas agora você vai para o ralo”. A matéria “Associação velório” do dia 25/05 é um desabafo do repórter, que estava indignado por não deixarem o corpo da avó dele ser velado na associação. Neste caso, a matéria é 100% opinativa.

Tendo apresentado esses exemplos, precisamos mostrar também que na minoria dos casos, 47,7%, o repórter não emite opinião latente, ou seja, pelo menos não demonstra opinião de forma evidente. Isso acontece principalmente em notícias de assassinatos ou acidentes.

4.3 Julgamento e/ou acusação do acusado pelo repórter

Já citamos neste capítulo o fato de haver julgamento e/ou acusação do repórter em relação aos acusados que, neste trabalho, também são considerados fontes de informação. O julgamento apareceu, precisamente, com a mesma frequência da acusação em 52,3% das notícias. Por diversas vezes durante o programa o jornalista insulta os acusados. Consideramos o insulto um julgamento. E *julgar*, segundo o dicionário Aurélio significa: decidir como juiz ou árbitro; sentenciar; entender; avaliar; formar juízo; lavrar ou pronunciar sentenças; apreciar; formar opinião, conceito a respeito de pessoa ou coisa; supor-se; crer-se.

Por consequência, se formar conceito a respeito de pessoas está entre as definições de julgar quando o repórter insulta o acusado o está julgando. Os insultos mais frequentes usados no programa são: Xexelento, péba, surfista de esgoto, vagabundo, camundongo, safado e cachangueiro³

No dia 21 de maio na matéria “Furto Casa” o repórter chama o ladrão de xexelento, camundongo e diz: “fala sério pébinha, roubar um peixe?” Em “Bolsa assalto” do dia 22/05 o repórter diz: “O péba safado deve ter roubado para rodar bolsinha, pra ganhar um dinheiro extra”.

Em outros dois casos o jornalista ainda julga que os acusado não têm mais solução. Na “Menor Furto” (22/05) ele chama o menor de cachangueiro do amanhã, ou seja, o menor continuará sendo ladrão. E em “furto caminhonete” do dia 24 ele diz “pau que nasce torto nunca se indireita”.

Uma situação em que detectamos julgamento, mas não atrelado a insultos é na matéria “Associação Velório” na qual o repórter afirma que “ a *desculpa* é que o local está sendo usado para realização de baile”. Ao dizer a palavra desculpa o repórter dá a entender que o presidente da associação está mentindo.

O contraponto é que em 50% das notícias não há julgamento aparente, geralmente na mesma situação em que não há emissão de opinião.

Julgar ou acusar fere nosso *terceiro critério jornalístico*, pois um acusado só é culpado depois de acontecer o julgamento oficial. Quando ele é somente preso, enquanto acusado, não passa de acusado. Porém, precisamos deixar claro que o jornalista Osvaldo Duarte em nenhuma das matérias cita o nome dos acusados, sendo assim, não há a possibilidade de a dignidade dela ser colocada em jogo.

³ Os termos são gírias que não encontramos definição concreta.

O Código de Ética dos Jornalistas mostra que deve-se “Tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar” (apud LAGE, 2005, p.94). Ou seja, mesmo sem citar nomes, tais costumes devem ser evitados, devido a insultos não fazerem parte do vocabulário jornalístico.

4.4 Jornalista não é fonte

Queremos destacar a notícia já citada “associação velório” para demonstrar que o repórter acaba se transformando em fonte, indo contra ao *critério jornalístico de número quatro*. Nesta notícia transmitida no dia 25/05, o jornalista acabou desabafando uma indignação pessoal e a transformando em notícia. Em outros casos também o jornalista se transforma em fonte quando julga, acusa ou opina. Mas, quem deveria fazer isso são os órgãos competentes, esses sim, são fontes de informação. O papel do jornalista é informar.

Ao envolver-se com a notícia o jornalista tende a viver a matéria. Principalmente no caso do jornalismo policial, é muito mais fácil acontecer esse envolvimento, pois lida diretamente com seres humanos e situações voltadas ao emocional, como por exemplo, um homicídio, um roubo, um seqüestro, golpes. Só que ao se colocar entre o fato e a notícia, o jornalista deixa de ser aquele que conta o acontecimento e passa a fazer parte do fato.

4.5 Checar

Para informar ele precisa checar e é nesse ponto que entra nosso *quinto critério* jornalístico. Não podemos aqui afirmar que o jornalista do programa Patrulha da Cidade não checkou as informações que divulgou, contudo sabemos que com a correria vivida nas redações de jornais, principalmente no rádio, que lida com notícias em tempo real, por muitas vezes a fase da checagem pode passar despercebida. E como vimos que em 79,5% dos casos só foi usado um tipo de fonte, presumimos que o que a mesma falou foi divulgado sem checagem. Zélia Leal Adghimi nos lembra que:

O essencial do trabalho do jornalista permanece o mesmo: coletar a informação e divulgá-la da maneira mais justa, mais honesta e mais responsável possível dando ao leitor os fatos contextualizados e ponderados. [...]Eles (a audiência) precisam ter confiança em uma marca, um nome, um título para não precisar checar a informação que recebem. Checar informação antes de publicar é trabalho de

jornalista. Pierre Bourdieu, denuncia com veemência a pressão da urgência, a batalha das partes do mercado. (ADGHIRN, 1999)

Quando a autora cita o filósofo Bourdieu falando sobre a batalha do mercado, quer dizer exatamente sobre a pressa em publicar a notícia. A urgência em dar um furo no concorrente. Só que esse não deve ser nem de longe a principal meta do jornalista. Ela mesma nos mostra que a função do profissional da informação é divulgá-la da maneira mais justa possível.

4.6 Interesse das fontes

É preciso checar sempre não importando a posição da fonte, até porque cada uma possui interesses pessoais⁴. Ao ouvir somente a polícia, o jornalista sempre mostrará o lado oficial da história e, no caso, se houver um inocente desde o primeiro momento a polícia o considera culpado, o repórter terá ouvido apenas um lado. Como na notícia “Prisão Maconha” do dia 24/05, o repórter diz que a acusada nega o crime, mas ele diz: “só que a polícia tem informação então ela vai pro ralo”. Ou seja, o lado da acusada foi mostrado, porém a posição do repórter se mostra como dizendo: a polícia diz que é culpada então ela merece punição.

O interesse da polícia é (ou deveria ser) claro: prender criminosos. Quando acontece um crime, o órgão é cobrado para que obtenha resultado, que o culpado seja preso. Então o interesse da polícia sempre será mostrar o culpado. Na ânsia de encontrar alguém para prender, a polícia pode cometer erros e se o repórter só ouvir um lado, esquecendo-se de que a fonte possui interesses pessoais, pode também cometer erros. Pretendemos aqui demonstrar a falha do *critério de número seis*, referente ao interesse das fontes. Se até na ciência há interesses porque não haveria na polícia?

Logo, não há porque postar-se diante de uma fonte em ciência sem esta desconfiança (ou cuidado) que deveria ser comum aos jornalistas em qualquer área. Toda fonte é, em princípio, uma fonte comprometida e, portanto, mesmo (talvez fosse correto dizer, hoje em dia, sobretudo) na cobertura de ciência e tecnologia, é necessário estar sempre de olhos e ouvidos bem abertos. (BUENO, Acesso em: 10/03/2007)

⁴ Adam Sun, chegador da revista Piauí mostra casos de erros jornalísticos por falta de checagem no livro: A checagem de informações como atividade específica na imprensa brasileira.

Por tudo isso o jornalista deve conferir as informações quantas vezes forem necessárias. Checar a veracidade dos fatos antes de ter o texto publicado ou divulgado, é dever de todo jornalista e faz parte da rotina de apuração de qualquer reportagem.

4.7 Preocupar-se

O *sétimo critério jornalístico* precisa estar presente em todos já inferidos neste trabalho, aliás, em todos os aspectos de um profissional principalmente quando está relacionando a tratamento com pessoas. E ao usar fontes de informação, o jornalista se depara com uma ação de extrema importância: preocupar-se.

Quando dizemos que o jornalista precisa preocupar-se, não nos referimos apenas em ter cuidado em apresentar informações precisas, com todos os envolvidos na notícia, mas, em prestar atenção na maneira com que a notícia é divulgada.

O jornalista deve ter compaixão por aqueles que são afetados por seu trabalho e nunca esquecer que as pessoas particulares têm direito maior de controlar as informações sobre sua privacidade do que as pessoas públicas que buscam poder, influência ou espaço na mídia (BARBEIRO, 2003, p. 32).

Muitas vezes envolvido com a notícia e com o papel em que ele representa perante a sociedade o jornalista esquece de se preocupar com a notícia que está transmitindo. Para exemplificarmos o que queremos dizer, recorremos a Milton Jung (2007) que mostra em um artigo o que acontece - na maioria das vezes - no momento da transmissão de um programa policial.

“No programa policial, o ouvinte acompanha a performance do apresentador. Homem corajoso, de voz grossa, discurso incisivo e sempre falando em defesa do cidadão. Não tem medo de ninguém. Encara os mais perigosos bandidos da cidade. ‘Se a polícia fosse firme como ele, não tinha gente ruim solta na rua.’”

Tal posição perante os ouvintes faz com que, no calor de um programa ao vivo e, até pelo costume do programa, insultos sejam disparados contra os acusados. O jornalista se esquece que há parentes, vizinhos, conhecidos ouvindo e as injúrias faladas não voltarão atrás mesmo que se comprove um dia a inocência do acusado. O fato de o repórter não citar em algum momento o nome do acusado já ajuda a abrandar o erro, no entanto, não acaba com ele. O jornalista precisa se preocupar se está citando as fonte de informação com o mínimo de responsabilidade. Pois além de serem possíveis fontes que

no momento (até serem julgadas) estão na posição de acusadas, são seres humanos e merecem respeito.

5. Considerações finais

Constatamos que o programa *Patrulha da Cidade* segue um padrão próprio tanto em linguagem quanto em formato. O tipo de fonte ouvida com maior frequência é a oficial, sendo a polícia. Isso acontece na maioria das vezes pela falta de tempo em ir atrás das outras fontes devido a correria de um programa de jornalismo policial de rádio. Percebendo essa falha, o repórter Osvaldo Duarte explicou que há a intenção de nos programas de sábado levarem ao *Patrulha da Cidade* entrevistados para opinar sobre assuntos noticiados com maior frequência durante a semana, como maneira de dar uma mais uma opção para o ouvinte poder formar sua opinião.

Quanto aos sete critérios jornalísticos definidos neste trabalho, pudemos notar que em pelo menos metade das notícias transmitidas eles não são seguidos, comprovando nossa hipótese de que no programa eram ouvidos apenas as fontes policiais. No entanto, o repórter explica que, algumas reações que ele tem durante a locução do programa (como os xingamentos) representam, segundo ele, “a voz da audiência”. Ele fala o que o povo quer dizer. O *Patrulha da Cidade* é um dos programas com maior audiência da rádio Grande FM, fato que demonstra a existência de público para o tipo do programa. Em um estudo de recepção, por exemplo, poderíamos enxergar como o público recebe a informação transmitida por Osvaldinho. Ao que parece, o repórter incorpora a indignação da população. Mas, para afirmarmos isso seria necessário um estudo específico, e esse não era nosso objetivo.

Contudo, nossa pesquisa é direcionada à relação entre os os critérios jornalísticos relacionados e as fontes de informação no programa de jornalismo policial *Patrulha da Cidade*. “Um jornalista isento, íntegro e criterioso terá sempre fontes também isentas, íntegras e criteriosas” (GORGULHO, 2003, p.01) por consequência também terá um público que confia na informação que ouve. E isso poderia fazer com que o jornalismo policial se tornasse cada vez mais um meio de serviço à sociedade. Da maneira como vem sendo realizado o *Patrulha da Cidade*, ele pode ser considerado mais programa policial (com entretenimento em primeiro lugar e a informação é consequência) do que programa de jornalismo policial (com objetivo de informar os fatos).



Partindo desse ponto de vista, nossa sugestão seria que o *Patrulha da Cidade* buscasse seguir com maior rigor os critérios jornalísticos relacionados às fontes de informação, para assim desenvolver em Dourados um jornalismo policial com mais qualidade e responsabilidade.

Referências bibliográficas

ABIAHY, Ana Carolina. O jornalismo especializado na sociedade da informação. Disponível em: www.bocc.ubi.pt, Biblioteca Online da Ciência da Comunicação, 2005.

ADGHIRNI, Zélia Leal. 2000, Jornalismo online e identidade profissional do jornalista. Disponível em: www.abraji.org.br/midia/arquivos/file1180028233.doc, Acesso em: 05/06/007

AMARAL, Luiz. Técnica de jornal e periódico. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. 259 p.

BARBEIRO, Heródoto, Manual do radiojornalismo: produção, ética e internet. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

BARBOSA, Rui. A imprensa e o dever da verdade. Clássicos do jornalismo brasileiro 2, São Paulo: Edusp (Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

GORGULHO, Silvestre, 2003. A fonte Jornalística, Disponível em: <http://www.gorgulho.com/palestras&discursos/fonte.htm>, Acesso em: 05/06/2007

Jornal Nacional – A notícia faz história, Memória Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004, 407p.

JUNG, Milton. Ética, mentiras e jornalismo policial. Disponível em: http://www.ibgf.org.br/index.php?data%5Bid_secao%5D=7&data%5Bid_materia%5D=170, Acesso em: 12/04/20007

LAGE, Nilson, 1936. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística, 5ªed. Rio de Janeiro: Record, 2005

FELICE, Mauro de. Jornalismo de rádio. São Paulo: Contexto, 2004, 156p.

LACERDA, Carlos. A missão da imprensa. São Paulo: Edusp, 1990, 83 p.

LEMONS, Claudia. Narrar a violência – A cobertura policial num jornal popular dos anos 1990. Disponível em: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/handle/1904/9000>, 2001

LUSTOSA, Elcias. O texto da notícia. Brasília:Unb, 1996



OLIVEIRA, Denis, Fronteiras do jornalismo no espaço midiático. 2005 Disponível em: http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/especial5_e.htm, Acesso em: 05/06/2007.

PACHECO, Alex Rômulo. Jornalismo policial responsável [Monografia – Jornalismo], UNC, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>.

ROSSI, Clovis. O que é jornalismo, São Paulo: Brasiliense, 2000